

RECURSO ESPECIAL Nº 1.446.427 - SP (2014/0073172-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : LUCIA MARIA AULICINO PORTO
RECORRENTE : EDDA VELLA AULICINO - INTERDITO
REPR. POR : LÚCIA MARIA VELLA AULICINO - CURADOR
ADVOGADOS : MAURO CARAMICO E OUTRO(S) - SP111110
ANDREA TEIXEIRA PINHO RIBEIRO - SP200557
MARCELO TADEU ALVES BOSCO - SP154717
RECORRIDO : PAULO RANGEL DO NASCIMENTO - INVENTARIANTE
ADVOGADO : PAULO RANGEL DO NASCIMENTO (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP026886
INTERES. : EDUARDO VELLA AUCILINO
ADVOGADO : PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA E OUTRO(S) -
SP032440
INTERES. : HELOISA MARIA VELLA AUCILINO
ADVOGADO : ROBERTO MARQUES DAS NEVES E OUTRO(S) - SP110037
INTERES. : ANTONIO AULICINO NETO
INTERES. : MARCIA YASSUMI KUBOTA AULICINO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1.122):

EMENTA – INVENTÁRIO E PARTILHA – Interposição em face de decisão que rejeitou embargos declaratórios – Intempestividade e inadequação recursal manifestas – Insurgência que deveria ter sido dirigida, tempestiva e adequadamente, em face da primeira decisão, cujo prazo para agravar já decorreu – Ademais, ato do Juiz, ao rejeitar embargos declaratórios, não pode ser caracterizado como decisão interlocutória – Decisão mantida - Recurso não conhecido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 1.136/1.141).

O recurso especial (e-STJ fls. 1.150/1.157), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a", da CF, aponta ofensa aos arts. 535 e 538 do CPC/1973. Sustenta que a oposição dos embargos declaratórios interrompe o prazo para os demais recursos, devendo ser considerado tempestivo o agravo de instrumento da origem.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1.166/1.179).

É o relatório.

Decido.

O recurso merece parcial provimento.

O Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Assim, não incorreu em omissão, contradição ou obscuridade.

Além disso, conforme a jurisprudência sedimentada ao tempo do CPC/1973, o julgador não está compelido a analisar todos os argumentos invocados pela parte, quando tenha

encontrado fundamentação satisfatória para dirimir integralmente o litígio.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGO À EXECUÇÃO. OMISSÃO. ART. 535 DO CPC/73. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONEXÃO. CAUSA DE PEDIR OU PEDIDO. IDENTIDADE. INEXISTÊNCIA. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 739-A, § 1º, DO CPC/73. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos suscitados pela parte em embargos declaratórios, cuja rejeição, nesse contexto, não implica contrariedade ao art. 535 do CPC/73.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 182.712/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 16/11/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 515 E 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 515 e 535 do Código de Processo Civil/73 pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 952.131/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 15/6/2018.)

Desse modo, quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, não assiste razão à parte recorrente.

Quanto ao art. 538 do CPC/1973, importa ressaltar que a jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, em regra, a interposição dos embargos declaratórios interrompe o prazo para os demais recursos, ainda que não conhecidos. A propósito, o seguinte julgado:

PROCESSO CIVIL. RECURSOS. Ainda que não conhecidos, os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos. Embargos de divergência conhecidos e providos.

(ERESP 453.493/MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/4/2005, DJ 13/6/2005, p. 155.)

Excepcionalmente, os embargos não possuirão efeito interruptivo nos casos de intempestividade ou manifesto descabimento.

No caso dos autos, o Juiz decidiu os embargos nos seguintes termos (e-STJ fl. 1.064):

Vistos.

Fls. 4523/4526: DEIXO de conhecer os embargos de declaração por falta de omissão, obscuridade ou contradição, mormente seu caráter meramente infrigente.

P e int.

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, inexistindo situação excepcional, o não conhecimento dos embargos não afeta a interrupção do prazo.

Considerando que a decisão foi disponibilizada no DJe em 9/1/2012 (e-STJ fl. 1.072) e que o agravo de instrumento foi interposto em 19/1/2012, o requisito da tempestividade está cumprido (art. 522 do CPC/1973).

Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recuso especial para, afastada a intempestividade do agravo, determinar o retorno ao TJSP para que prossiga na análise do recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator